

Leônidas defende direito de falar

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

"Sou militar, mas tenho uma faceta política e é um direito meu usá-la. Procuro, inclusive, fazer isso com muita parcimônia, mas é um direito do qual eu não abro mão. Considero injusto me negarem esse direito. Sou soldado, mas sou ministro; o ministro tem faceta política e eu me acho com direito de dizer alguma coisa sobre questões políticas. Nunca faço personalizando, mas teorizando, porque eu me preocupo muito com esse País." Esse alerta foi dado ontem pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, àqueles que, conforme lembrou, "de vez em quando querem achar que o ministro do Exército não deve falar sobre política, porque é militar".

O general Leônidas criticou esse ponto de vista e reforçou seu raciocínio comentando que os militares estão voltados para suas atividades profissionais.

Nesse contexto, opinou novamente sobre a questão específica da

Aliança Democrática, dizendo que, no modo de pensar do soldado, o Brasil deve estar acima de tudo, razão pela qual todos os problemas pessoais devem ser superados. Qualquer coisa que pudesse haver, qualquer desacerto, segundo ele, ocorreria em função de princípios e conceitos contidos no documento da Aliança.

"Admito até — acrescentou — que a ele novas coisas possam ser concertadas para o futuro; concertadas no sentido de harmonizadas". E essas, no entender do ministro, poderiam ser as únicas razões de fissuras e até fraturas na Aliança Democrática — o que, a seu ver, não ocorreu. "Realmente, nada disso houve, e problemas pessoais a gente supera. Devemos, isso sim, cerrar fileiras em torno do presidente, porque o governo precisa governar e o Brasil precisa ser governado", afirmou.

VELHO HÁBITO

Os comentários políticos do general Leônidas Pires Gonçalves não

são novidade; mesmo antes de chegar ao ministério, ele costumava fazer declarações esporádicas sobre assuntos de fora da caserna — depois da posse, é claro, eles se tornaram mais frequentes. Em 1980, por exemplo, quando era comandante militar da Amazônia e na condição de general-de-divisão, ele defendeu o que chamou de "nacionalização do clero brasileiro". Ele queria a Igreja sem bispos estrangeiros, porque considerava a maior parte do episcopado no Brasil ligada à linha progressista.

Ao ser promovido a general-de-exército, em 1982, defendendo a Revolução de 64, ele disse que a democracia "é um objetivo sem fim" e que o melhor casamento é a democracia com o capitalismo. Foi a partir de sua nomeação para o comando do então III Exército, em Porto Alegre, que sua participação na política se acentuou. Pouco antes de assumir o cargo, ele havia defendido a corrida armamentista, mas depois recusou-se a comentar a possibilidade de eleições diretas presidenciais, uma idéia que começava a se desenvolver na-

quele final de 1983. "Eu não gosto de arar em campo alheio. Esse campo não é meu. Eu sou um soldado", explicou. A decisão durou pouco: em agosto de 84, ele dizia claramente que não acreditava em diretas.

Já no Ministério, não se passou uma solenidade sem um comentário político do general Leônidas. Ele voltou ao assunto eleições diretas, desta vez para considerar um "impeachment" ao presidente Sarney a idéia do PDT de convocá-las para este ano. Também afirmou que "greve sem motivo é impatriótica", ao comentar a série de movimentos grevistas surgida no ano passado. Sua posição ficou mais clara ainda ao solidarizar-se com o adido militar no Uruguai, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, apontado pela deputada Bete Mendes como um dos seus torturadores. Além de mantê-lo no cargo, o general elogiou-o em nota oficial, afirmando que contava com o apoio de todo o Exército, uma posição muito mais política do que o simples cumprimento das funções do chefe do Exército.